

**PROJETO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO EFEITO
CONJUGADO DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA
E COMPLEMENTARES NA REGIÃO METROPOLITANA DE
SÃO PAULO – BRASIL**

**– PROJETO BRA/05/018 – AVALIAÇÃO E APRIMORAMENTO DA
POLÍTICA SOCIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO –**

**RELATÓRIO IX: RELATÓRIO FINAL
ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DAS PESQUISAS
(2008–2009)**

**SUBMETIDO À: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O
DESENVOLVIMENTO – PNUD**

**SECRETARIA ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL DE SÃO PAULO – SEADS-SP**

COORDENAÇÃO: PROF. DR. JOSÉ AFONSO MAZZON

SÃO PAULO

NOVEMBRO DE 2009

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	MODELO TEÓRICO E HIPÓTESES DA PESQUISA	4
3	MIGRAÇÕES DE FAMÍLIAS ENTRE OS ESTRATOS AMOSTRAIS DURANTE AS ONDAS DA PESQUISA	8
4	ANÁLISES COMPARATIVAS DOS INDICADORES OBJETIVOS E SUBJETIVOS ENTRE A PRIMEIRA E SEGUNDA ONDA DA PESQUISA	11
	4.1. Renda e Consumo	12
	4.1.1 Trabalho	18
	4.1.2 Nutrição	21
	4.1.3 Educação	23
	4.1.4 Saúde	25
	4.1.5 Moradia	27
	4.1.6 Vulnerabilidade Familiar	29
	4.1.7 Pobreza de Acesso	30
	4.1.8 Pobreza Potencial	31
	4.1.9 Melhoria da Qualidade de Vida	32
5	CONCLUSÕES	34

1 INTRODUÇÃO

Este documento juntamente com o relatório de resultados da segunda onda da pesquisa, realizada em 2009, representam os produtos da etapa final da pesquisa para avaliação do efeito conjugado de programas de transferência de renda e complementares na região metropolitana de São Paulo. O presente relatório tem por finalidade a apresentação das análises comparativas entre os resultados obtidos nas duas ondas da pesquisa (primeira *survey* ou linha de base e segunda *survey*) para um conjunto de indicadores objetivos e subjetivos sobre a condição de vida das famílias dos três agrupamentos de famílias considerados (famílias que não recebiam programas sociais durante a primeira onda, famílias que recebiam somente programas de transferência de renda e famílias que recebiam programas complementares aos de renda).

Esses resultados compõem a 3ª etapa da Fase V, da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Efeito Conjugado de Programas de Transferência de Renda e Complementares na Região Metropolitana de São Paulo, em consonância ao disposto no Edital de Concorrência, resultante no contrato nº 08/47-4755, firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo – SEADS-SP.

A apresentação do desenvolvimento dos trabalhos elaborados para a consecução da etapa aqui apresentada pode ser encontrada no outro produto desta fase, compreendendo a análise dos resultados da segunda onda. O referido documento apresenta uma síntese metodológica das etapas anteriores, especificamente no que concerne à elaboração do Plano Metodológico e dos Instrumentos da Pesquisa, Treinamento dos Pesquisadores e Elaboração do Levantamento de Dados em Campo, além dos resultados obtidos com o processamento realizado a partir dos dados coletados durante a segunda *survey*. Para tornar mais claro para os leitores, será apresentada uma breve revisão dos objetivos da análise comparativa e as hipóteses da pesquisa. Será apresentada ainda uma breve análise das migrações de famílias entre os estratos, ocorridas entre as duas ondas da pesquisa. Por fim será apresentado um resumo conclusivo sobre os resultados da análise comparativa realizada.

2 MODELO TEÓRICO E HIPÓTESES DA PESQUISA

O modelo teórico proposto para a realização do estudo pode ser definido como um projeto pré-experimental, contendo sete grupos de intervenção de programas sociais e dois grupos de controle, com utilização de um conjunto de indicadores de impacto e com duas coletas de dados: a primeira, denominada de linha de base, corresponde à coleta de dados efetuada no segundo semestre de 2008 e a segunda, realizada no segundo semestre de 2009, para efeito de avaliação incremental. Ambos os resultados dessas *surveys* estão apresentados neste relatório.

Os dois grupos de controle se constituem por:

- famílias não beneficiadas por qualquer programa social de governo (grupo de controle incluído na pesquisa em atenção à solicitação feita pela SEADS);
- famílias beneficiadas exclusivamente por ao menos um dos seguintes programas de transferência de renda de caráter universal e com condicionalidades fixadas: Bolsa Família (BF – nível federal), Renda Cidadã (RC – esfera estadual) ou Renda Mínima (RM – nível municipal), conforme previsto no Termo de Referência. Para efeito de compreensão das análises a serem apresentadas, este grupo foi também denominado de grupo de tratamento 1.

Os sete grupos de intervenção foram combinações de programas sociais de transferência de renda restrita (BF, RC ou RM) e de programas complementares referentes às seguintes áreas: saúde/ nutrição/alimentação/segurança alimentar; educação/capacitação profissional; e, outros tipos de programas, como habitação, transporte, esporte etc. Para efeito das análises realizadas o conjunto de famílias compreendendo todos os sete grupos de intervenção foi denominado grupo de tratamento 2.

O quadro apresentado, a seguir, ilustra a composição dos grupos experimentais e de controle para a pesquisa nas duas coletas de dados – 2008 e 2009.

Quadro 1 – Caracterização dos grupos experimentais e de controle

Estrato	Famílias não beneficiadas por Programas Sociais		Famílias beneficiadas por Programas Sociais							
			Transferência de Renda		Saúde, Nutrição e Segurança Alimentar		Educação e Capacitação		Demais Tipos de Programa	
Grupo de Controle	X									
Grupo de Tratamento 1			X							
Grupo de Tratamento 2			X		X					
Grupo de Tratamento 3			X				X			
Grupo de Tratamento 4			X						X	
Grupo de Tratamento 5			X		X		X			
Grupo de Tratamento 6			X				X		X	
Grupo de Tratamento 7			X		X				X	
Grupo de Tratamento 8			X		X		X		X	
Período de Tempo	T ₀	T ₁	T ₀	T ₁	T ₀	T ₁	T ₀	T ₁	T ₀	T ₁
Indicador I ₁	I _N		I _R		I _S		I _E		I _D	
Efeito Líquido Nível 1	I _N < I _R									
Efeito Líquido Nível 2					I _N < I _R < I _S		I _N < I _R < I _E		I _N < I _R < I _D	
Efeito Líquido Nível 3					I _N < I _R < I _S + I _E + I _D					

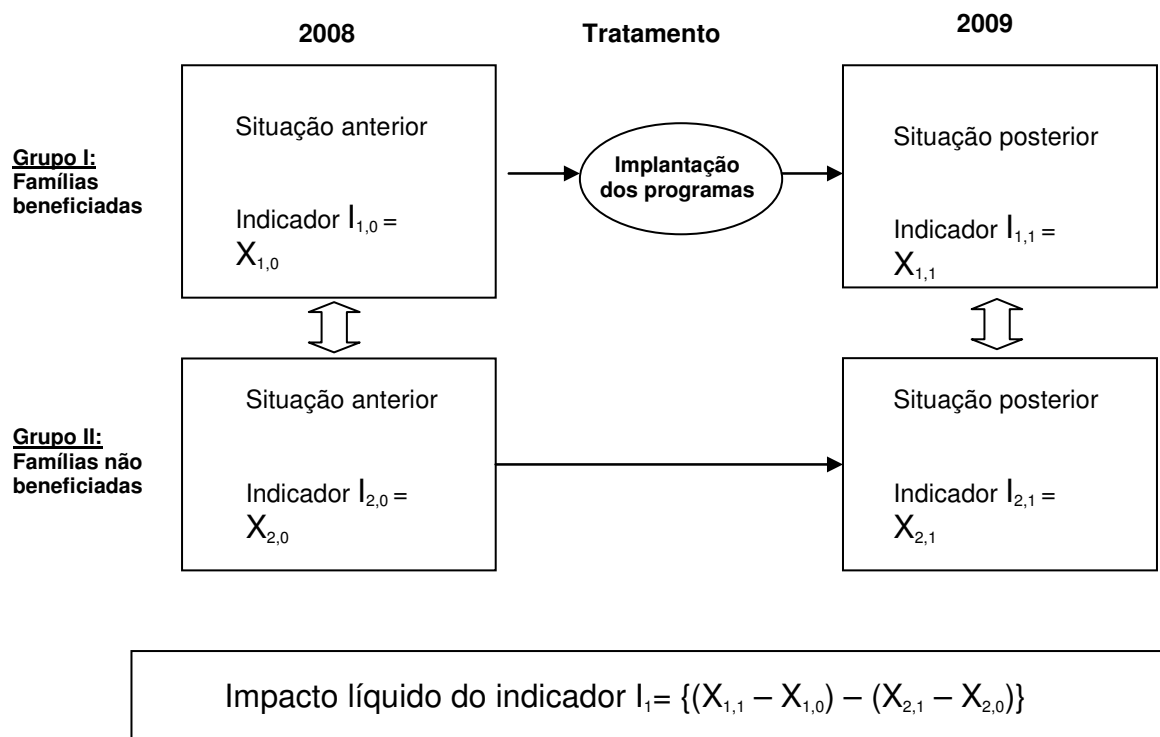
O quadro acima permite observar as hipóteses de pesquisa testadas e apresentadas a seguir, com suas respectivas notações: (I=indicador de impacto ou de variação do indicador; R=transferência de renda; S=benefício na área de saúde/nutrição/segurança alimentar; E=benefício na área de educação/capacitação; D=outros tipos de programas ou benefícios sociais):

H₁: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que não recebem qualquer programa social (transferência de renda e programas sociais complementares – grupo de controle) não apresentam melhoria nos indicadores de condições de vida da coleta de dados do período t₁ em relação ao período t₀ ($\Delta I_N = 0$).

- H₂: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem algum programa social (transferência de renda ou outro programa social complementar – grupos de tratamento) apresentam melhoria nos indicadores de impacto da coleta de dados do período t_1 em relação ao período t_0 ($I_R, I_S, I_E, I_D > 0$).
- H₃: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem o benefício de transferência de renda apresentam indicadores de impacto ou de condições de vida mais elevados do que aqueles que não recebem qualquer programa ou benefício social ($I_N < I_R$).
- H₄: Domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebem o benefício de transferência de renda mais algum benefício específico do tipo saúde/nutrição/segurança alimentar ou do tipo educação/capacitação ou outro tipo de benefício apresentam indicadores de impacto mais elevados do que domicílios com famílias que recebem apenas o benefício de transferência de renda e dos domicílios com famílias que não recebem nenhum tipo de programa social ($I_N < I_R < I_S; I_N < I_R < I_E; I_N < I_R < I_D$).

O modelo de análise dos efeitos de impacto dos programas encontra-se apresentado na figura a seguir.

Figura 1 – Modelo de Avaliação de Impactos



3 MIGRAÇÕES DE FAMÍLIAS ENTRE OS ESTRATOS AMOSTRAIS DURANTE AS ONDAS DA PESQUISA

Conforme descrito no relatório analítico da segunda onda da pesquisa, para efeito de comparabilidade dos resultados e de avaliação da evolução dos indicadores que expressam as condições de vida das famílias, foram pesquisadas as mesmas famílias que compuseram os estratos da amostra da pesquisa em 2008. As análises realizadas durante a segunda onda da pesquisa consideraram as famílias nos estratos originais aos quais pertenciam em 2008, durante a primeira onda do estudo.

É importante ressaltar, no entanto, que houve migrações de famílias entre os estratos no período compreendido entre a primeira e a segunda onda da pesquisa. Ou seja, existem famílias que pertenciam ao grupo de controle durante a primeira onda da pesquisa e passaram a receber os benefícios de programas sociais, famílias que recebiam programas sociais e deixaram de recebê-los e famílias que migraram entre os programas neste período. De maneira a fornecer um quadro claro da evolução das famílias em termos do recebimento de programas sociais, esta seção apresenta o resultado das migrações ocorridas no período entre as duas ondas da pesquisa (em 2008 e 2009).

Os resultados da segunda onda indicam que 45,8% das famílias se mantiveram em seus estratos originais exatamente como se apresentavam em 2008. Entre as famílias que não recebiam programas sociais em 2008, 74% continuaram não recebendo programas de transferência de renda em 2009, enquanto que pouco mais de um quarto (26) passou a receber os benefícios de programas de transferência de renda, dos quais 19 passaram a receber somente transferência de renda e sete passaram a receber transferência de renda e programas complementares, sendo a maior parte programas de saúde. É importante notar, no entanto, que das 74 famílias que continuaram sem receber benefícios de programas de transferência de renda, 28 passaram a receber algum programa complementar no período entre 2008 e 2009.

Entre as 800 famílias que recebiam programas de transferência de renda, independente de receber ou não programas complementares, 679 (84,9%) continuaram recebendo programas de transferência de renda. Entre as 100 famílias que recebiam somente transferência de renda, 17% deixaram de receber este tipo de programa, sendo que 14% passaram a não receber nenhum programa e 3% passaram a receber somente algum tipo

de programa complementar ao de transferência de renda. Entre as 83 famílias que continuaram recebendo os benefícios de programas de transferência de renda, 66 se mantiveram recebendo apenas programas de transferência de renda, enquanto que 17 famílias passaram a receber, também, programas complementares.

Por fim, entre as 700 famílias que recebiam programas de transferência de renda e programas complementares, 74% continuaram recebendo programas de transferência de renda e 86,4% continuaram recebendo alguma combinação de programas complementares. É importante notar que 42,9% das famílias que recebiam programas complementares apresentam exatamente a mesma combinação de programas que recebiam em 2008, enquanto que 57,1% apresentam uma nova combinação de programas. Entre as 95 famílias que deixaram de receber programas complementares, 78 continuaram a receber programas de transferência de renda e 17 não recebem benefícios de programas sociais em 2009. Nota-se ainda que das 107 famílias que recebiam transferência de renda e programas complementares e deixaram de receber transferências de renda, 87 continuaram recebendo os benefícios de programas complementares.

As tabelas, a seguir, apresentam as migrações entre os nove estratos da pesquisa e entre os agrupamentos de estratos, conforme a seguinte classificação: grupo de controle; grupo de tratamento 1 (somente programas de transferência de renda); tratamento 2 (programas complementares aos de transferência de renda); e um novo grupo contendo as famílias que passaram a receber somente programas complementares em 2009.

Tabela 1 – Migração das famílias entre os estratos de acordo com o recebimento de programas sociais

Estratos em 2008	Estratos em 2009										Total
	GC - Não recebem programas sociais	GT1 - Somente transferência de renda	GT2 - Renda + Saúde	GT3 - Renda + Educação	GT4 - Renda + Demais	GT5 - Renda + Saúde + Educação	GT6 - Renda + Educação + Demais	GT7 - Renda + Saúde + Demais	GT8 - Todos	Somente Programas Complementares	
GC - Não recebiam programas sociais	46	19	6	0	0	1	0	0	0	28	100
GT1 - Somente transferência de renda	14	66	5	2	4	0	4	1	1	3	100
GT2 - Renda + Saúde	2	25	55	1	2	2	1	1	0	11	100
GT3 - Renda + Educação	2	7	0	56	0	10	11	1	2	11	100
GT4 - Renda + Demais Tipos	5	23	4	3	39	1	6	9	2	8	100
GT5 - Renda + Saúde + Educação	1	0	3	13	0	53	3	1	11	15	100
GT6 - Renda + Educação + Demais Tipos	1	10	0	26	4	4	37	1	5	12	100
GT7 - Renda + Saúde + Demais Tipos	6	13	18	1	9	3	2	27	6	15	100
GT8 - Todos	0	0	5	12	2	20	9	4	33	15	100
Total	77	163	96	114	60	94	73	45	60	118	900

Tabela 2 – Migração das famílias entre os agrupamentos de controle e experimentais

Agrupamentos em 2008	Agrupamentos em 2009				Total
	Não recebem programas	Transferência de renda	Transferência e complementares	Somente complementares	
Não recebiam programas	46	19	7	28	100
Transferência de renda	14	66	17	3	100
Transferência de renda e complementares	17	78	518	87	700
Total	77	163	542	118	900

4 ANÁLISES COMPARATIVAS DOS INDICADORES OBJETIVOS E SUBJETIVOS ENTRE A PRIMEIRA E SEGUNDA ONDA DA PESQUISA

Nas seções a seguir são apresentadas as análises comparativas entre o grupo de controle e os dois grupos experimentais (famílias que durante a primeira onda da pesquisa recebiam somente programas de transferência de renda – grupo de tratamento 1 – e famílias que recebiam programas complementares aos de transferência de renda – grupo de tratamento 2 – dos resultados obtidos nas duas ondas da pesquisa (em 2008 e 2009) para os indicadores que expressam uma série de aspectos objetivos e subjetivos sobre as condições de vida das famílias pesquisadas. Os resultados são apresentados de maneira segmentada, de acordo com a dimensão ou aspecto da condição de vida das famílias.

Nas primeiras seis colunas das tabelas que serão apresentadas na seção a seguir são apresentados os resultados para os indicadores em 2008 e 2009 para cada um dos agrupamentos citados. Para os resultados de 2009 estão ressaltados em verde escuro os valores dos grupos de tratamento quando estes grupos apresentam a situação mais favorável para o indicador dentre os três grupos. Em verde claro são ressaltados os valores de um dos grupos de tratamento quando a situação expressa pelo indicador é mais favorável do que a verificada para o grupo de controle, no entanto, menos favorável que a observada para o outro grupo de tratamento. E em amarelo são ressaltados os valores do grupo de controle quando estes representam a situação mais favorável para o indicador no ano de 2009, quando comparados com os valores obtidos pelos grupos de tratamento.

À direita destes resultados, mais três colunas apresentam as variações destes indicadores, entre 2008 e 2009, para cada um dos grupos, em percentual para medidas absolutas e em pontos percentuais para medidas de proporção (ΔC – variação para o grupo de controle; $\Delta T1$ – variação para o grupo de tratamento 1, ou de famílias que recebiam somente programas de transferência de renda em 2008; e $\Delta T2$ – variação para as famílias que recebiam programas complementares aos de transferência de renda em 2008).

Finalmente, as três últimas colunas apresentam as diferenças entre os grupos de controle e experimentais para as variações apresentadas entre a primeira e a segunda onda. Nestas colunas, quando a variação entre 2008 e 2009 para o grupo de tratamento 1

(famílias que recebiam somente programas de transferência de renda) for mais favorável do que a verificada entre as famílias do grupo de controle para um determinado indicador, a respectiva célula ($\Delta T1 - \Delta C$) estará ressaltada na cor verde, caso contrário apresentará a cor amarela. De maneira análoga, quando a variação entre 2008 e 2009 para o grupo de tratamento 2 (famílias que recebiam programas complementares) for mais favorável do que a verificada entre as famílias do grupo de controle para um determinado indicador, a respectiva célula ($\Delta T2 - \Delta C$) estará ressaltada na cor verde, caso contrário apresentará a cor amarela. Por fim, se quando a variação entre 2008 e 2009 para o grupo de tratamento 2 (famílias que recebiam programas complementares) for mais favorável do que a verificada entre as famílias do grupo de tratamento 1 para um determinado indicador, a respectiva célula ($\Delta T2 - \Delta T1$) estará ressaltada na cor verde, caso contrário apresentará a cor amarela.

4.1. Renda e Consumo

Em termos de renda domiciliar, nota-se que os maiores avanços entre 2008 e 2009 junto às famílias acompanhadas durante a pesquisa foram observados para o grupo de controle, contendo os domicílios de famílias que não recebiam programas sociais durante a primeira onda da pesquisa. Este grupo apresentou o maior crescimento para a renda domiciliar média, tanto para o domicílio como um todo como para o rendimento *per capita*. Este grupo apresentou ainda maior crescimento no percentual médio de moradores com renda no domicílio e no número médio de fontes de renda por morador.

É importante aprofundar a compreensão deste resultado, que pode sugerir que as famílias que efetivamente recebiam programas sociais do governo, em contraste às que não recebiam, estavam, em geral, em condições de maior vulnerabilidade, em termos do potencial de geração de renda familiar sem auxílio governamental. Nota-se que tanto em 2008 quanto em 2009, o grupo de controle apresentou um percentual maior de domicílios (57% em 2008, e 62% em 2009) acima da linha de pobreza, apesar de apresentar uma proporção maior de domicílios abaixo da linha de indigência.

No entanto, cabe ressaltar que, se o grupo de controle apresentou maiores avanços em termos de renda entre as duas ondas da pesquisa, em 2009, o grupo de famílias que recebia programas sociais continua apresentando renda domiciliar total e renda *per capita* superiores aos do grupo de controle, especialmente as famílias que recebiam programas complementares aos programas de renda. Em 2009, o grupo que reúne famílias que recebiam programas sociais, apesar de apresentar menor proporção de moradores que possuem renda, apresenta em média um número maior de fontes de renda por morador e uma proporção menor de famílias abaixo da linha de indigência. É importante notar também que, se o grupo de controle apresenta menor proporção de famílias abaixo da linha de pobreza, o grupo de famílias que recebia programas complementares avançou mais neste indicador reduzindo a diferença em pontos percentuais entre 2008 e 2009. Ou seja, um percentual maior de famílias no grupo de famílias que recebiam programas complementares deixou de estar abaixo da linha de pobreza entre as duas ondas da pesquisa.

Adicionalmente, nota-se que o grupo de famílias que recebiam programas complementares aos de transferência de renda apresentaram também maiores índices médios de crescimento do que as famílias que recebiam apenas transferências governamentais para a renda total domiciliar e renda *per capita* além, e para o percentual de famílias, acima da linha de pobreza.

Tabela 3 – Evolução dos indicadores de renda domiciliar

Indicadores	2009			2008			ΔC	$\Delta T1$	$\Delta T2$	$\Delta T1 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta T1$
	C	T1	T2	C	T1	T2						
R1 - Renda domiciliar mensal média em reais	649,31	645,25	772,78	569,21	642,79	713,58	14,1%	0,4%	8,3%	-13,7	-5,8	7,9
R2 – Renda domiciliar mensal média per capita	158,60	149,72	162,91	135,70	146,11	151,33	16,9%	2,5%	7,7%	-14,4	-9,2	5,2
R4 - % de domicílios acima da linha de indigência	82,0%	88,0%	84,3%	74,0%	80,0%	84,3%	8,0	8,0	0,0	0,0	-8,0	-8,0
R4 - % de domicílios acima da linha de pobreza	62,0%	58,0%	61,4%	57,0%	53,0%	55,4%	5,0	5,0	6,0	0,0	1,0	1,0
R15 – % médio de moradores com renda, exclusive TR	34,2%	31,9%	32,1%	33,2%	32,3%	32,6%	0,9	-0,5	-0,4	-1,4	-1,4	0,0
R16 – Número médio de fontes de renda por morador, incluindo TR	0,42	0,55	0,58	0,34	0,59	0,64	23,7%	-6,8%	-10,0%	-30,6	-33,7	-3,1

Assim como houve um aumento maior na renda das famílias do grupo de controle quando comparadas com as dos demais grupos, verificou-se também um aumento maior nos gastos *per capita* dessas famílias entre 2008 e 2009. Nota-se que o grupo de controle não apresenta a maior renda *per capita* em 2009, entretanto apresenta o maior volume de gastos *per capita*. Como provável resultado desta combinação, verifica-se que este grupo apresentou um crescimento no percentual médio de comprometimento de sua renda com dívidas a vencer, um crescimento no número de famílias nas quais a renda foi insuficiente em todos os três meses anteriores à segunda onda da pesquisa e um decréscimo no percentual da renda poupado, enquanto que o grupo de famílias que recebiam programas complementares apresentou um aumento no percentual poupado. Nota-se também que os gastos realizados pelas famílias do grupo de controle permitiram aumentos na aquisição recente de itens de bens de conforto e uma redução um pouco maior do que a verificada nos outros grupos para o número de famílias nas classes D e E, conforme classificação no critério Brasil.

No entanto, com a redução de cerca de seis pontos percentuais entre 2008 e 2009, o grupo de famílias que recebiam programas complementares continua sendo aquele que apresenta menor proporção de famílias nas classes D e E, e maior nas classes C e B. Entre 2008 e 2009, o grupo de tratamento 2 que já apresentava o maior percentual de famílias que possuíam 14 ou mais dos itens de conforto pesquisados, apresentou também o maior crescimento na proporção de famílias com na escala de posse de bens, adquirindo recentemente mais bens do que as famílias dos demais grupos (17,4% dos itens pesquisados, frente a 17,2% entre as famílias que recebiam apenas transferência de renda e 15,7% entre as famílias do grupo de controle).

Dos nove indicadores relacionados com a situação socioeconômica, suficiência de renda e consumo domiciliar pesquisados, o grupo de famílias que recebiam somente transferência de renda apresentou situação mais favorável do que o grupo de controle em seis indicadores e desfavorável apenas em dois dos indicadores (poupança e gastos *per capita*).

O grupo de famílias que recebiam programas complementares aos de transferência de renda apresentou também situação mais favorável do que o grupo de controle em seis indicadores e desfavorável em apenas três (gastos *per capita*, taxa de redução das classes D e E, e aumento no percentual de bens adquiridos). Cabe ressaltar, no entanto, que este grupo continua sendo, em 2009, aquele que apresenta os maiores níveis de poupança, a menor proporção de famílias em que a renda foi insuficiente nos últimos três meses, que estão nas classes D e E, que adquire e possui mais itens conforto doméstico, além de apresentar maior crescimento para a poupança, redução de famílias com renda insuficiente nos últimos três meses e aumento mais forte na proporção de famílias que possuem um número maior de itens de bens de conforto. Entre 2008 e 2009, este grupo também avançou mais do que o grupo de famílias que recebiam apenas transferência de renda para cinco dos nove indicadores pesquisados.

Tabela 4 – Evolução dos indicadores de situação socioeconômica e consumo domiciliar

Indicadores	2009			2008			ΔC	$\Delta T1$	$\Delta T2$	$\Delta T1 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta T1$
	C	T1	T2	C	T1	T2						
R7 – % médio de comprometimento da renda domiciliar com dívidas a vencer	167,1%	172,9%	231,1%	91,0%	274,9%	234,8%	76,1%	-102,0%	-3,7%	-178,1%	-79,8%	98,2%
R8_A – % médio da renda domiciliar que é poupada (entre os que poupam)	5,5%	4,7%	12,7%	15,0%	7,1%	5,6%	-9,5%	-2,4%	7,1%	7,1%	16,6%	9,5%
R8_B – % médio da renda domiciliar que é poupada (entre todos os domicílios do grupo)	0,6%	0,2%	0,9%	0,3%	0,4%	0,3%	0,2%	-0,2%	0,6%	-0,4%	0,3%	0,8%
R9 – % médio de insuficiência de renda domiciliar mensal (total de gastos / renda total)	118,4%	109,2%	130,7%	113,2%	169,3%	128,5%	5,3%	-60,1%	2,2%	-65,3%	-3,1%	62,2%
R10_A - % de domicílios nos quais a renda foi insuficiente em todos os três meses anteriores à pesquisa	81,0%	78,0%	73,9%	73,0%	71,0%	75,4%	8,0%	7,0%	-1,5%	-1,0%	-9,5%	-8,5%
R11 – Gastos médios per capita	157,46	143,37	147,15	148,40	148,84	141,49	6,1%	-3,7%	4,0%	-9,8%	-2,1%	7,7%
R12 - % de domicílios que possuem 14 ou mais dos itens de conforto pesquisados	16,0%	23,0%	28,4%	13,0%	19,0%	21,6%	3,0%	4,0%	6,8%	1,0%	3,8%	2,8%
R13 - % de domicílios nas classes D e E	51,0%	51,0%	43,9%	58,0%	58,0%	50,0%	-7,0%	-7,0%	-6,1%	0,0%	0,9%	0,9%
R14 – % médio de itens adquiridos recentemente (bens) – lista de 25 bens	15,7%	17,2%	17,4%	13,1%	14,4%	15,0%	2,6%	2,7%	2,4%	0,2%	-0,2%	-0,3%

Se em 2009 o grupo de famílias que recebia programas complementares ampliou a capacidade de poupar e apresentou proporção ainda menor do que em 2008 de domicílios nos quais a renda foi insuficiente em todos os três meses anteriores à pesquisa, este grupo manteve a proporção de domicílios que pagam água (68,7%) e apresentou pequeno aumento nos domicílios que pagam luz (62,7%), ou seja, que não possui ligações clandestinas, enquanto que os demais grupos apresentaram queda na proporção de famílias que pagam contas de utilidades. Nota-se uma queda de dez pontos percentuais na proporção de famílias pagadoras de água no grupo de controle e de um ponto na proporção de pagadoras de luz. Cerca de metade dos domicílios não paga água e também metade não paga luz, em 2009, entre estas famílias.

Entre os domicílios que pagam água, a maior parte não tem contas em atraso. A maior incidência de contas de água em atraso é verificada entre as famílias do grupo de controle. Nota-se que o número de devedores de contas de água neste grupo aumentou entre 2008 e 2009, enquanto que nos demais grupos houve redução na proporção de devedores, redução esta mais forte entre as famílias que recebiam apenas programas de transferência de renda. Embora apresente a maior proporção de devedores de água, o grupo de controle juntamente com o grupo de famílias que recebiam apenas programas de transferência de renda apresenta em 2009 a menor proporção de devedores de contas de luz (18%), entre os que possuem fornecimento regular. Entretanto, os resultados da pesquisa indicam que esta proporção é menor do que em 2008. O grupo de famílias que recebiam programas complementares, por sua vez, apresentava 23% de devedores de contas de luz entre os que possuíam fornecimento regular e, em 2009, essa proporção se reduziu em quatro pontos percentuais, aproximando este grupo dos demais.

Considerando não somente as contas de água e luz, mas todas as outras contas devidas pelas famílias pesquisadas, nota-se que o grupo de controle apresentou um aumento de 5 pontos percentuais na proporção de domicílios que possuem contas em atraso, o grupo de famílias que recebia apenas transferência de renda apresentou um aumento de apenas um ponto percentual, enquanto o grupo de famílias que recebia programas complementares aos de renda apresentou uma redução de 4,6 pontos percentuais na proporção de inadimplentes no período entre as duas ondas da pesquisa.

Apesar da maior proporção de famílias com contas em atraso, o volume médio da inadimplência total em relação à renda é menor nestas famílias do que nas demais. Cabe ressaltar que, entre 2008 e 2009, o valor total das contas em atraso em relação à renda subiu 4,4 pontos percentuais,

crescimento que revela um aumento nos níveis de inadimplência nesse grupo, porém bem abaixo do crescimento de 27 pontos percentuais verificado no grupo de famílias que recebiam programas complementares, que apresentam o maior volume médio de dívidas em relação à renda familiar. O grupo de famílias que recebia apenas programas de transferência de renda foi o único que apresentou redução (1,4 ponto percentual) no indicador de relação entre dívida total e renda domiciliar.

Em resumo, dos seis indicadores de inadimplência e pagamento de contas de utilidade, os grupos de tratamento compreendendo as famílias que recebiam programas sociais apresentaram evolução mais favorável para cinco deles. O grupo de famílias que recebia benefícios apenas de programas de transferência de renda apresenta, em 2009, indicadores de inadimplência, em geral, melhores que os demais grupos. No entanto, quando se comparam os dois grupos de tratamento, nota-se que o grupo de famílias que recebiam programas complementares aos de renda apresentou maior evolução em quatro dos seis indicadores, entretanto apresentou resultados piores para o volume médio da dívida em relação à renda média domiciliar.

Tabela 5 – Evolução dos indicadores de pagamento de contas de utilidades e inadimplência

Indicadores	2009			2008			ΔC	$\Delta T1$	$\Delta T2$	$\Delta T1 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta T1$
	C	T1	T2	C	T1	T2						
R5_B_AGUA - % de domicílios pagadores de água	51,0%	67,0%	68,7%	61,0%	71,0%	68,7%	-10,0	-4,0	0,0	6,0	10,0	4,0%
R5_B_LUZ - % de domicílios pagadores de luz	50,0%	61,0%	62,7%	51,0%	61,0%	61,9%	-1,0	0,0	0,8	1,0	1,8	0,8%
R5_B_AGUA - % de domicílios que não devem conta de água, entre os que pagam	78,4%	89,6%	83,6%	82,0%	85,9%	80,5%	-3,5	3,6	3,1	7,2	6,7	-0,5%
R5_B_LUZ - % de domicílios que não devem conta de luz, entre os que pagam	82,0%	82,0%	81,1%	84,3%	86,9%	77,1%	-2,3	-4,9	4,0	-2,6	6,3	8,9%
R6_A - % de domicílios que não possuem contas em atraso (inadimplência total)	61,0%	65,0%	60,4%	66,0%	66,0%	55,9%	-5,0	-1,0	4,6	4,0	9,6	5,6%
R6_B - % médio de inadimplência total em relação à renda domiciliar mensal (entre os que possuem renda)	39,0%	96,1%	98,5%	34,6%	97,5%	71,3%	4,4	-1,4	27,2	-5,7	22,8%	28,6%

4.1.1 Trabalho

A evolução dos indicadores que expressam os níveis de atividade e autonomia econômica nos domicílios confirma os resultados observados para os indicadores de renda domiciliar. A renda domiciliar cresceu mais fortemente entre as famílias do grupo de controle, que apresentou também um crescimento maior do número de membros da família entre 16 e 59 anos com rendimento gerado por alguma atividade econômica em relação ao total de moradores nesta faixa etária (atividade econômica) e também em relação ao total de moradores dos domicílios pesquisados (autonomia econômica). Para estes dois indicadores, nota-se uma redução na proporção de adultos com rendimento entre os adultos do grupo de famílias que recebiam programas complementares. Nota-se, no entanto, que ambos os grupos que recebiam programas sociais apresentaram, no período entre as duas ondas, uma redução maior da sua razão de dependência, enquanto o grupo de controle apresentou um aumento de quase 12 pontos percentuais. A razão de dependência indica a proporção de pessoas com menos de 16 anos ou mais de 59 anos em relação ao total de moradores jovens e adultos da PEA, com idades entre 16 e 59 anos. Nota-se, portanto, uma evolução nos grupos que recebiam programas sociais na relação de dependência entre seus moradores, apesar de um maior potencial de geração de renda no grupo de controle.

Tabela 6 – Evolução dos indicadores de atividade e dependência econômica

Indicadores	2009			2008			ΔC	$\Delta T1$	$\Delta T2$	$\Delta T1-\Delta C$	$\Delta T2-\Delta C$	$\Delta T2-\Delta T1$
	C	T1	T2	C	T1	T2						
T1 – Autonomia econômica média	32,2%	30,6%	30,2%	30,9%	30,4%	30,6%	1,2	0,2	-0,4	-1,1	-1,6	-0,6
T2 – Razão de dependência média	117,2%	130,1%	125,7%	105,3%	134,4%	129,6%	11,9	-4,2	-3,9	-16,2	-15,8	0,4
T3 – Atividade econômica média	61,1%	62,8%	59,5%	55,8%	63,9%	61,3%	5,3	-1,1	-1,8	-6,4	-7,1	-0,7

Em todos os grupos, verifica-se que houve um aumento na proporção de moradores que compõem a PEA domiciliar que estão desempregados, possivelmente resultado da recente crise econômica mundial. Nota-se que o aumento dos níveis de desemprego foi maior entre as famílias que recebiam programas sociais, principalmente aquelas que recebiam programas complementares.

No entanto, se as famílias do grupo de controle apresentaram maior evolução no potencial de geração de renda entre 2008 e 2009 com uma proporção, em média, maior de moradores com rendimento gerado por atividade econômica, e crescimento menos acelerado dos índices de desemprego, foi entre as famílias que recebiam apenas programas de transferência de renda que os demais indicadores de emprego mais evoluíram. Entre estas famílias, observou-se um crescimento maior no percentual de domicílios em que o chefe de família trabalha com regularidade e que além de trabalhar com regularidade, o faz com carteira assinada. Nota-se ainda que ambos os grupos de famílias que recebiam programas sociais apresentam maior evolução na proporção de moradores da PEA que possuem emprego formal. Cabe ressaltar que o grupo de famílias que recebiam programas complementares apresentou a maior evolução para o emprego formal dentre todos os grupos.

Em resumo, nota-se que as famílias que recebiam programas complementares apresentaram piores resultados entre 2008 e 2009 para os índices de desemprego entre seus moradores e para o nível de empregabilidade do chefe da família. No entanto, apresentaram a maior evolução entre os grupos para o emprego formal. O grupo de famílias que recebia somente programas de transferência de renda também apresentou evolução menos favorável para o nível de desemprego, porém avançou mais que o grupo de controle nos indicadores que revelam a empregabilidade do chefe da família e no nível de emprego formal entre seus moradores.

Tabela 7 – Evolução dos indicadores de emprego

Indicadores	2009			2008			ΔC	$\Delta T1$	$\Delta T2$	$\Delta T1 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta T1$
	C	T1	T2	C	T1	T2						
T10 – % médio de desempregados sobre PEA domiciliar	19,2%	16,7%	19,8%	10,4%	7,7%	8,2%	8,8	9,1	11,6	0,3	2,8	2,5
T12_A - % dos domicílios em que o chefe de família trabalha com regularidade	53,0%	59,0%	51,3%	50,0%	55,0%	50,1%	3,0	4,0	1,1	1,0	-1,9	-2,9
T12_B - % dos domicílios em que o chefe de família trabalha com regularidade e carteira assinada	32,0%	31,0%	25,6%	30,0%	24,0%	24,0%	2,0	7,0	1,6	5,0	-0,4	-5,4
T5 – Emprego regular médio (% da PEA)	40,3%	43,2%	39,4%	37,8%	42,3%	38,4%	2,5	0,9	1,0	-1,6	-1,5	0,1
T4 – Emprego formal médio (% da PEA)	20,2%	19,3%	18,6%	18,6%	16,8%	15,7%	1,6	2,5	2,8	0,9	1,2	0,3

Os resultados da pesquisa, em 2009, indicam que as famílias do grupo de controle trabalham mais, com carga horária média de trabalho maior entre os moradores que trabalham, e remuneração média maior, considerando não somente a remuneração de quem desempenha alguma atividade econômica, mas também o salário dos trabalhadores formais. É importante notar, no entanto, que a remuneração média entre os moradores que trabalham evoluiu mais nos domicílios que recebiam programas complementares e menos nos que recebiam somente transferência de renda. O salário médio dos trabalhadores formais aumentou em maior intensidade no grupo de controle, ainda que o aumento do salário entre os trabalhadores formais do grupo de controle tenha ficado próximo em pontos percentuais, ambos acima de dois dígitos, enquanto que o grupo de famílias que recebiam somente programas de transferência de renda apresentou uma redução de pouco mais de três pontos percentuais para a média do salário entre os trabalhadores formais.

Em termos da carga horária de trabalho, enquanto os moradores do grupo de controle que trabalham apresentaram aumento de quase 7 pontos percentuais para a carga de trabalho média, os trabalhadores de famílias dos grupos que recebiam programas sociais apresentaram uma redução na carga horária de trabalho, redução esta muito mais forte entre as famílias que recebiam apenas programas de transferência de renda.

Um resultado importante em relação ao trabalho, verificado entre 2008 e 2009, foi a redução do trabalho infantil nos grupos que recebiam programas sociais, especialmente entre as famílias que recebiam apenas transferência de renda. Essas famílias apresentaram uma redução de mais de dois pontos percentuais o que resultou no índice mais baixo de crianças que trabalham em 2009 entre os três grupos pesquisados.

Tabela 8 – Evolução dos indicadores de condições e resultados do trabalho

Indicadores	2009			2008			ΔC	$\Delta T1$	$\Delta T2$	$\Delta T1 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta T1$
	C	T1	T2	C	T1	T2						
T7 – Remuneração média (entre os que possuem remuneração)	476,28	418,96	424,08	420,75	387,57	366,95	13,2%	8,1%	15,6%	-5,1	2,4	7,5
T8 – Salário médio (entre os que possuem salário)	661,40	586,39	613,96	582,18	606,21	546,59	13,6%	-3,3%	12,3%	-16,9	-1,3	15,6
T9 - Carga horária média de trabalho (entre os que trabalham)	26,59	23,31	23,87	24,95	25,85	24,22	6,6%	-9,8%	-1,4%	-16,4	-8,0	8,4
T6 – % médio de crianças que trabalham	0,25%	0,17%	1,09%	0,25%	2,25%	1,62%	0,0	-2,1	-0,5	-2,1	-0,5	1,6

4.1.2 Nutrição

Os resultados da segunda onda da pesquisa indicam que as famílias que recebiam programas sociais apresentam, em geral, moradores em especial as crianças com menos de cinco anos de idade em melhor estado nutricional em termos dos valores para o seu índice de massa corporal (IMC) do que aquelas que não recebiam os benefícios destes programas. Cabe ressaltar que entre 2008 e 2009 as famílias que recebiam programas sociais, especialmente aquelas que recebiam programas complementares aos de renda, apresentaram também melhorias mais acentuadas para estes indicadores.

Enquanto o grupo de controle apresentou um aumento na proporção de moradores que apresentam baixo peso corporal, as famílias que recebiam programas, especialmente as que recebiam programas de transferência de renda, apresentaram reduções na proporção de moradores nesta condição. As famílias que recebiam programas complementares apresentaram reduções em ambos os indicadores (baixo peso corporal e

sobrepeso), apresentando o maior aumento entre os grupos para a proporção de moradores com peso normal, enquanto que as famílias do grupo de controle apresentaram redução na proporção de moradores nesta condição. Nota-se ainda que as famílias que recebiam programas sociais apresentaram melhorias mais acentuadas tanto para a proporção de moradores com baixo peso corporal quanto para moradores com sobrepeso para praticamente todas as faixas etárias, especialmente aquela que engloba crianças de até cinco anos de idade. As exceções foram os melhores resultados para o grupo de controle, que apresentou reduções mais acentuadas nos índices de sobrepeso para crianças entre 6 e 14 anos de idade e crescimento menor de adultos entre 25 e 59 anos com peso elevado.

Tabela 9 – Evolução dos indicadores de estado nutricional dos moradores

Indicadores	2009			2008			ΔC	$\Delta T1$	$\Delta T2$	$\Delta T1 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta T1$
	C	T1	T2	C	T1	T2						
N_D - % de Moradores com baixo peso corporal	5,3%	3,8%	5,5%	3,7%	5,7%	7,1%	1,6	-1,9	-1,6	-3,5	-3,2	0,4
N_S - % de Moradores com elevado peso corporal	37,2%	36,0%	34,3%	36,5%	34,6%	35,0%	0,7	1,4	-0,8	0,7	-1,5	-2,2
N_N - % de Moradores com peso normal	57,5%	60,2%	60,2%	59,8%	59,7%	57,9%	-2,3	0,5	2,3	2,8	4,7	1,8
N_D1 - % de Crianças de até 5 anos com baixo peso corporal	8,3%	6,9%	7,3%	6,6%	12,3%	14,2%	1,7	-5,4	-6,9	-7,1	-8,6	-1,5
N_S1 - % de Crianças de até 5 anos com elevado peso corporal	36,9%	33,7%	28,9%	37,6%	34,9%	32,2%	-0,7	-1,2	-3,3	-0,5	-2,6	-2,1
N_D2 - % de Crianças de 6 a 14 anos com baixo peso corporal	9,2%	3,8%	6,9%	6,4%	6,5%	8,4%	2,8	-2,7	-1,5	-5,5	-4,3	1,2
N_S2 - % de Crianças de 6 a 14 anos com elevado peso corporal	23,9%	25,2%	22,7%	28,2%	24,5%	23,9%	-4,3	0,7	-1,2	5,0	3,1	-1,9
N_D3 - % de Moradores de 15 a 24 anos com baixo peso corporal	5,60%	3,90%	7,30%	4,80%	6,60%	6,40%	0,8	-2,7	0,9	-3,5	0,1	3,6
N_S3 - % de Moradores de 15 a 24 anos com elevado peso corporal	34,1%	18,2%	23,2%	25,9%	22,4%	28,7%	8,2	-4,2	-5,5	-12,4	-13,7	-1,3
N_D4 - % de Moradores de 25 a 59 anos com baixo peso corporal	2,2%	2,2%	3,3%	1,1%	3,3%	3,8%	1,1	-1,1	-0,5	-2,2	-1,6	0,6
N_S4 - % de Moradores de 25 a 59 anos com elevado peso corporal	45,3%	48,1%	51,6%	43,3%	45,4%	48,7%	2,0	2,7	2,9	0,7	0,9	0,2

Os resultados da segunda onda da pesquisa indicam que uma proporção maior de famílias que recebiam programas complementares aos de renda considera que a quantidade de comida que sua família consome é suficiente tanto nos finais de semana quanto durante a semana, enquanto que o grupo de controle apresenta a menor proporção de famílias que considera a quantidade de comida consumida suficiente para a sua família. Nota-se também que o grupo de famílias que recebiam programas complementares apresentou um aumento nesta proporção entre 2008 e 2009, enquanto os demais grupos apresentaram reduções na proporção de famílias que considera a quantidade de comida suficiente, especialmente as

famílias do grupo de controle em relação à disponibilidade de comida aos finais de semana. Ainda que a diferença entre os grupos seja bastante pequena, o grupo de famílias que recebiam programas complementares também apresentou média ligeiramente maior para a qualidade percebida para a comida que sua família consome. Neste aspecto todos os grupos apresentaram evolução entre 2008 e 2009 que, no entanto, é ligeiramente maior nos grupos que recebiam programas sociais, especialmente entre as famílias que recebiam somente transferência de renda.

Tabela 10 – Evolução dos indicadores de quantidade e qualidade da alimentação

Indicadores	2009			2008			ΔC	$\Delta T1$	$\Delta T2$	$\Delta T1 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta T1$
	C	T1	T2	C	T1	T2						
% de domicílios em que a quantidade de comida é suficiente durante a semana	61,0%	65,0%	68,9%	63,0%	67,0%	64,0%	-2,0	-2,0	4,9	0,0	6,9	6,9
% de domicílios em que a quantidade de comida é suficiente nos finais de semana	58,0%	65,0%	68,3%	65,0%	66,0%	63,9%	-7,0	-1,0	4,4	6,0	11,4	5,4
Índice percentual médio de qualidade percebida das refeições durante a semana (0 a 100)	65,5%	65,0%	66,3%	63,0%	62,3%	63,8%	2,5	2,8	2,5	0,2	0,0	-0,2
Índice percentual médio de qualidade percebida das refeições nos finais de semana (0 a 100)	67,3%	67,3%	68,5%	65,8%	64,8%	66,4%	1,5	2,5	2,1	1,0	0,6	-0,4

4.1.3 Educação

Entre 2008 e 2009, o grupo de famílias que recebia apenas transferência de renda foi o que apresentou, em geral, a maior evolução para os indicadores relacionados com a educação, apresentando melhorias mais fortes que os demais para cinco dos seis indicadores pesquisados, enquanto que o grupo de famílias que recebiam programas complementares apresentou melhorias mais modestas ou mesmo pequenos retrocessos. Nota-se, no entanto, que as famílias deste grupo são as que apresentam, em 2009, as melhores condições em quatro dos seis indicadores analisados: menor percentual médio de faltas entre os moradores que estudam; menor proporção de adultos fora da escola e sem o ensino médio

completo (indicador para o qual apresentou melhoria em relação ao grupo de controle); maior percentual de alunos do ensino fundamental que tem alguma aula complementar / reforço; e maior percentual dos moradores que estudam e tomam emprestados livros na biblioteca.

Dos dois indicadores para os quais o grupo de famílias que recebiam programas complementares apresenta valores menos favoráveis que os demais grupos em 2009, somente para o indicador de autonomia potencial este grupo apresentou estagnação em relação ao grupo de controle. Para o indicador de alunos do ensino fundamental que já estiveram retidos / reprovados em alguma série, tanto este grupo quanto o grupo de controle apresentaram aumento na proporção de alunos nesta condição que, no entanto, foi maior no grupo de controle.

Tabela 11 – Evolução dos indicadores de educação

Indicadores	2009			2008			ΔC	$\Delta T1$	$\Delta T2$	$\Delta T1 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta T1$
	C	T1	T2	C	T1	T2						
E1 – Índice de autonomia potencial	93,8%	94,5%	93,5%	92,5%	92,0%	93,6%	1,2	2,5	-0,1	1,3	-1,4	-2,7
E3 – % média de faltas na escola	5,5%	5,3%	5,0%	6,4%	6,7%	5,9%	-1,0	-1,3	-0,9	-0,4	0,0	0,4
E7 - Adultos fora da escola e sem o ensino médio completo	81,3%	84,7%	81,0%	79,8%	85,4%	81,0%	1,5	-0,7	0,0	-2,2	-1,5	0,7
E9 - Alunos do ensino fundamental que têm algum tipo de aula complementar / reforço	10,7%	9,5%	18,6%	15,2%	8,7%	26,7%	-4,5	0,8	-8,1	5,3	-3,6	-8,9
E10 - Alunos do ensino fundamental ou médio que já estiveram retidos / foram reprovados em alguma série	16,1%	15,7%	24,4%	14,5%	18,0%	23,5%	1,6	-2,3	0,9	-3,9	-0,7	3,2
E13 – % de moradores que estudam que tomam emprestado livros na biblioteca	16,1%	15,7%	24,4%	14,5%	18,0%	23,5%	1,6	-2,3	0,9	-3,9%	-0,7	3,2

4.1.4 Saúde

Entre 2008 e 2008 todos os grupos apresentaram crescimento na proporção de moradores que possuem o cartão do SUS, com crescimento de cerca de dois dígitos para todos os três grupos. No entanto, se o grupo de famílias que recebiam programas complementares foi o que apresentou a maior proporção de moradores que possuem o cartão, nota-se que o crescimento para a proporção de moradores que contam com o cartão foi maior entre as famílias dos grupos que recebiam apenas transferência de renda e, principalmente, entre aquelas do grupo de controle. Também foi maior entre estes grupos o crescimento na proporção de moradores que já se consultaram com médicos, entretanto, nota-se que com o crescimento apresentado entre 2008 e 2009 quase a totalidade dos moradores do grupo de famílias que recebiam programas complementares já havia se consultado com médicos até o período da segunda onda.

Ambos os relatórios de análise dos resultados da primeira e segunda onda da pesquisa já indicavam que o grupo de famílias que recebiam programas complementares apresentava maior contingente de moradores com maior necessidade de cuidados de saúde. Em 2009, este grupo apresenta a maior proporção de moradores que possuem o cartão do SUS, a quase totalidade de seus moradores já se consultou com médicos (99,7%), tem maior necessidade de consultas curativas do que moradores do grupo de controle e além de maior necessidade de medicamentos de uso contínuo.

Se os grupos de famílias que recebiam programas sociais apresentavam uma incidência maior de consultas curativas, entre 2008 e 2009, estes grupos foram os que apresentaram maior crescimento no percentual de moradores para os quais a última consulta foi preventiva, especialmente para o grupo de famílias que recebiam apenas transferência de renda. Nota-se também que entre as duas ondas da pesquisa todos os grupos apresentaram redução para o percentual de moradores que precisam de medicamentos de uso contínuo, no entanto, os grupos de tratamento e especialmente o grupo de famílias que recebiam programas complementares foram os que apresentaram menor redução, resultado este que, conforme ressaltado no relatório analítico da segunda onda, deve ter sua análise aprofundada e pode indicar que o uso contínuo de medicamentos pode estar relacionado a condições de vulnerabilidade em termos de saúde e fazer parte de critérios de seleção para alguns dos programas

complementares como os de saúde, por exemplo. Esta hipótese é fortalecida pelos resultados obtidos para a dificuldade de obtenção destes medicamentos.

O grupo de famílias que recebiam programas complementares apresentava, em 2008, um percentual consideravelmente maior de moradores com dificuldade de acesso a medicamentos de uso contínuo entre os que deles necessitavam. No entanto, no período entre as duas ondas, enquanto ambos os demais grupos apresentaram crescimento de quase dois dígitos (9,2 pontos percentuais para o grupo de controle e 12,9 para as famílias que recebiam apenas transferência de renda), para a proporção de moradores com dificuldade de acesso, entre as famílias que recebiam programas complementares o percentual de moradores com dificuldade de acesso aos medicamentos de uso contínuo que necessitam reduziu em 8,6 pontos percentuais. Nota-se ainda que a maior dificuldade entre estas famílias foi a falta de dinheiro. No entanto, entre 2008 e 2009, houve uma redução maior entre as famílias que recebiam programas complementares para o percentual de moradores que tinham dificuldade de acesso aos medicamentos por falta de dinheiro entre os que tinham dificuldade de acesso.

Tabela 12 – Evolução dos indicadores de saúde

Indicadores	2009			2008			ΔC	$\Delta T1$	$\Delta T2$	$\Delta T1 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta T1$
	C	T1	T2	C	T1	T2						
S6 – % de moradores que possuem o cartão SUS	86,0%	84,8%	87,5%	72,5%	74,9%	77,9%	13,5	9,9	9,6	-3,6	-3,9	-0,3
S7_A – % de moradores que já se consultaram com médico	99,5%	99,0%	99,7%	97,3%	98,5%	98,1%	2,2	0,5	1,6	-1,7	-0,6	1,0
S7_C – % de moradores que se consultaram cuja última consulta foi preventiva	59,0%	51,5%	57,3%	57,6%	47,8%	54,5%	1,4	3,8	2,9	2,3	1,4	-0,9
S8 – % de moradores com necessidade de medicamentos de uso contínuo	7,8%	8,7%	13,4%	11,3%	10,1%	14,6%	-3,5	-1,4	-1,3	2,1	2,2	0,1
S9_A – % de moradores que necessitam de medicamentos com dificuldade de acesso (* entre os que têm necessidade)	43,3%	51,5%	40,2%	34,1%	38,6%	48,8%	9,2	12,9	-8,6	3,8	-17,7	-21,5
S9_B – % de moradores que necessitam de medicamentos com dificuldade de acesso por falta de dinheiro (* entre os que têm necessidade e dificuldade de acesso)	46,2%	66,7%	61,9%	43,3%	64,3%	63,2%	2,8	2,4	-1,3	-0,4	-4,1	-3,7
S9_C – % de moradores que necessitam de medicamentos com dificuldade de acesso por falta de medicamento (* entre os que têm necessidade e dificuldade de acesso)	53,8%	33,3%	38,1%	56,7%	35,7%	36,8%	-2,8	-2,4	1,3	0,4	4,1	3,7

4.1.5 Moradia

Conforme ressaltado no relatório analítico da segunda onda da pesquisa, o grupo de controle se apresenta, de maneira geral, em condições de maior vulnerabilidade em termos de moradia, apresentando maiores fatores de risco físico-ambiental no entorno, como lixões e áreas sujeitas a enchentes e desmoronamento, domicílios em piores condições em termos das instalações básicas (cozinha, banheiro, tratamento de água, esgoto) e sua qualidade construtiva e também na infraestrutura básica disponível, como rede elétrica, iluminação pública, coleta de lixo, pavimentação etc. Nota-se ainda que ambos os grupos que recebiam programas sociais, especialmente os que recebiam transferência de renda, apresentaram redução nos fatores de risco do entorno, enquanto que o grupo de controle apresentou um pequeno aumento no número médio de fatores de risco. Em termos das condições das instalações do domicílio (cômodos, condições de higiene e qualidade construtiva), enquanto os domicílios do grupo de controle apresentaram, em média, aumento no número de fatores presentes de vulnerabilidade, os demais grupos apresentaram fortíssima redução para estes indicadores (24,5% para as famílias que recebiam programas complementares e 34,3% para as que recebiam somente programas de transferência de renda).

As melhorias verificadas entre os grupos de tratamento podem estar relacionadas com o aumento dos gastos com melhorias habitacionais verificados em alguns domicílios entre 2008 e 2009. O gasto médio entre as famílias que realizaram melhorias habitacionais foi menor em 2009 para as famílias do grupo de controle e maior entre as famílias dos grupos de tratamento, especialmente entre as famílias que recebiam programas complementares. Considerando todos os domicílios, o gasto médio por domicílio foi menor em 2009 do que em 2008, em função de um número menor de famílias ter realizado melhorias. É importante notar que a queda nos gastos médios foi muito forte entre as famílias do grupo de controle e um pouco menos intensa entre as famílias que recebiam programas complementares.

Em termos do atendimento das necessidades básicas de infraestrutura (coleta de lixo, iluminação pública, abastecimento de água, rede elétrica etc.), nota-se que houve um aumento do seu provimento para todos os grupos. Neste quesito, as famílias do grupo de controle apresentaram o crescimento mais acentuado ainda que, em 2009, continuem sendo as menos cobertas por esta infra-estrutura.

Os resultados das duas ondas da pesquisa indicaram que as condições de adensamento e congestionamento domiciliar (relação entre moradores e cômodos e quartos do domicílio) são mais severas entre os grupos de tratamento, especialmente entre o grupo de famílias que recebiam programas complementares, o que pode se configurar em um indicativo de um quadro de maior vulnerabilidade familiar. Nota-se também que entre a primeira e segunda onda da pesquisa, todos os grupos apresentaram, em média, reduções nos índices de adensamento e congestionamento. No entanto, o grupo de famílias que recebiam programas complementares que, em 2008, se encontrava em condições de maior adensamento e congestionamento, apresentou reduções um pouco mais fortes do que o grupo de controle, especialmente para o grau de adensamento (relação entre moradores e cômodos). Cabe ressaltar que para este indicador o maior avanço foi observado para as famílias que recebiam programas de transferência de renda que, se em 2008 apresentavam maior grau de adensamento, em 2009, apresentam valores iguais aos do grupo de controle para este indicador. No entanto, em termos de congestionamento (relação entre moradores e quartos) este grupo apresentou reduções menores que os demais e, em 2009, apresenta grau de congestionamento igual ao do grupo de famílias que recebiam programas complementares.

Tabela 13 – Evolução dos indicadores de moradia

Indicadores	2009			2008			ΔC	$\Delta T1$	$\Delta T2$	$\Delta T1 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta T1$
	C	T1	T2	C	T1	T2						
M1B – Número de fatores de vulnerabilidade físico ambiental do entorno do domicílio (de 0 a 3)	0,61	0,51	0,56	0,60	0,55	0,58	1,7%	-7,3%	-3,5%	-8,9	-5,1	3,8
M2B – Número de fatores de vulnerabilidade do domicílio (de 0 a 5)	0,89	0,44	0,57	0,88	0,67	0,75	1,1%	-34,3%	-24,5%	-35,5	-25,7	9,8
M3 – Número de itens de infra-estrutura básica para os quais o domicílio é atendido (de 0 a 6)	5,43	5,49	5,50	5,04	5,27	5,14	7,7%	4,2%	7,1%	-3,6	-0,7	2,9
M4C1 – Gasto médio com melhorias habitacionais no último ano (somente domicílios que realizaram gastos)	728,6	1.162,9	1.291,8	1.033,44	1.092,00	1.155,86	-29,5%	6,5%	11,8%	36,0	41,3	5,3
M4C2 – Gasto médio com melhorias habitacionais no último ano (todos os domicílios no grupo)	51,00	174,44	226,98	165,35	273,00	288,96	-69,2%	-36,1%	-21,5%	33,1	47,7	14,7
M5 – Grau de congestionamento domiciliar – cômodos	1,21	1,21	1,32	1,24	1,30	1,37	-2,7%	-7,1%	-3,6%	-4,3	-0,9	3,5
M6 – Grau de adensamento domiciliar – quartos	3,26	3,49	3,48	3,34	3,51	3,58	-2,3%	-0,5%	-2,6%	1,8	-0,3	-2,1

4.1.6 Vulnerabilidade Familiar

Os resultados da pesquisa, em 2009, indicam que o grupo de controle apresenta um percentual menor de famílias em pior situação em termos de vulnerabilidade da estrutura familiar, com menos famílias monoparentais, menos famílias nas quais a mulher é a chefe da família, sem cônjuge e com filhos menores de 15 anos de idade e com o chefe de família apresentando melhores níveis de escolaridade. Nota-se, no entanto, que a diferença deste grupo para os que recebiam programas de transferência de renda era maior em 2008, e se reduziu em função do aumento mais intenso na participação de famílias em condições de maior vulnerabilidade neste grupo.

Dentre os quatro indicadores pesquisados, o único em que as famílias do grupo de controle apresentaram resultados melhores, em 2009 do que em 2008, quando comparadas com as demais famílias, foi o indicador do percentual de domicílios nos quais o chefe da família possui o ensino médio completo, número que cresceu mais entre as famílias do grupo de controle.

Tabela 14 – Evolução dos indicadores de vulnerabilidade familiar

Indicadores	2009			2008			ΔC	$\Delta T1$	$\Delta T2$	$\Delta T1 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta T1$
	C	T1	T2	C	T1	T2						
P1 - % de domicílios nos quais a mulher é a chefe da família	35,0%	38,0%	43,1%	32,0%	40,0%	41,0%	3,0	-2,0	2,1	-5,0	-0,9	4,1%
P2 - % de domicílios nos quais a mulher é a chefe da família, sem cônjuge e com filhos de até 15 anos	30,0%	36,0%	37,7%	20,0%	31,0%	30,0%	10,0	5,0	7,7	-5,0	-2,3	2,7%
P3 - % de domicílios em que o chefe de família possui o ensino médio completo	22,0%	18,0%	14,6%	20,0%	17,0%	15,4%	2,0	1,0	-0,9	-1,0	-2,9	-1,9%
P4 - % de domicílios em que a família é monoparental	31,00%	36,00%	38,71%	28,00%	38,00%	36,29%	3,0	-2,0	2,4	-5,0	-0,6	4,4%

4.1.7 Pobreza de Acesso

A tabela, a seguir, apresenta os valores para o índice percentual de pobreza de acesso. Quanto maior o valor para este indicador, maior a pobreza percebida pelos respondentes da pesquisa em relação ao acesso a diversos aspectos da vida dos cidadãos para as dimensões nas quais a pesquisa se baseou (monetária, condições de vida, social, cultural, política e ética).

Assim como em 2008, em 2009, as famílias do grupo de controle apresentam médias um pouco superiores para a maioria dos indicadores que exprimem a pobreza percebida em termos do acesso às dimensões pesquisadas, à exceção da pobreza de acesso cultural. Cabe ressaltar, no entanto, que a diferença entre os grupos para a média neste indicador é muito pequena e esta se reduziu, entre 2008 e 2009, em relação aos grupos que recebiam programas complementares aos de transferência de renda.

Nota-se que, de maneira geral, as diferenças entre os grupos se reduziram entre a primeira e a segunda onda e, em 2009, são bastante reduzidas. O maior avanço entre as famílias do grupo de controle em relação às demais é observado para a redução da percepção de pobreza de acesso econômica em sua dimensão monetária, confirmando os resultados da dimensão renda que apontaram um avanço mais forte entre estas famílias.

Entre as famílias que recebiam programas sociais, os maiores avanços entre 2008 e 2009 foram observados para as famílias que recebiam somente programas de transferência de renda, ainda que as diferenças tenham sido muito pequenas e os níveis de pobreza percebida por todos os grupos sejam muito próximos entre si.

Tabela 15 – Evolução dos indicadores de pobreza de acesso

Indicadores	2009			2008			ΔC	$\Delta T1$	$\Delta T2$	$\Delta T1 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta C$	$\Delta T2 - \Delta T1$
	C	T1	T2	C	T1	T2						
PA_ECOM – Índice Percentual de Pobreza de acesso Econômica / Monetária	67,7%	68,7%	67,2%	70,3%	67,3%	67,6%	-2,6%	1,4%	-0,5%	4,0%	2,1%	-1,9%
PA_ECOCV - Índice Percentual de Pobreza de Acesso Econômica / Condições de Vida	50,0%	48,6%	49,3%	50,5%	49,9%	50,2%	-0,5%	-1,3%	-0,8%	-0,8%	-0,3%	0,4%
PA_SOC - Índice Percentual de Pobreza de Acesso Social	51,4%	51,0%	49,8%	53,1%	53,4%	49,0%	-1,7%	-2,4%	0,8%	-0,7%	2,5%	3,2%
PA_CULT - Índice Percentual de Pobreza de Acesso Cultural	56,0%	57,4%	56,4%	54,9%	55,7%	56,5%	1,1%	1,7%	-0,1%	0,6%	-1,2%	-1,8%
PA_POL - Índice Percentual de Pobreza de Acesso Política	49,1%	46,0%	45,7%	48,6%	46,8%	44,5%	0,5%	-0,8%	1,2%	-1,3%	0,7%	2,0%
PA_ETI - Índice Percentual de Pobreza de Acesso Ética	26,2%	25,8%	25,1%	29,0%	27,1%	26,3%	-2,7%	-1,3%	-1,2%	1,4%	1,5%	0,1%

4.1.8 Pobreza Potencial

Os indicadores de pobreza potencial apresentados a seguir possuem a mesma lógica que os indicadores de pobreza de acesso, ou seja, quanto maior o valor para este indicador, maior a pobreza percebida pelos respondentes da pesquisa em termos de suas potencialidades em relação às dimensões nas quais a pesquisa se baseou (monetária, condições de vida, social, cultural, política e ética).

Diferentemente da percepção de pobreza de acesso, em que as famílias que recebiam programas complementares aos de renda apresentavam as percepções mais positivas, nota-se que na segunda onda da pesquisa, em 2009, os melhores resultados para a pobreza de potencialidades percebidas pelos respondentes são observados entre as famílias do grupo de controle nas dimensões econômicas (monetária e de condições de vida) e cultural, e entre as famílias do grupo que recebia apenas transferência de renda, ainda que com percepção muito próxima das famílias que recebiam também programas complementares, para as dimensões social, política e ética, dimensões estas para as quais o grupo de controle apresentou os piores resultados durante a segunda *survey*.

Entre 2008 e 2009, foi o grupo de controle que apresentou reduções mais fortes na percepção de pobreza potencial nas dimensões de condições de vida, cultural e ética. Por outro lado, enquanto os grupos de controle e de transferência de renda apresentaram aumento nos índices que indicam a

percepção de pobreza social, o grupo de famílias que recebia programas complementares aos de renda apresentou redução na percepção de pobreza em relação a este aspecto, indicando a percepção de maior capacidade de participação social e comunitária entre estas famílias. O grupo de famílias que recebia programas complementares apresentou crescimento um pouco menor do que o verificado entre as famílias que recebiam somente transferência de renda para a percepção de pobreza potencial na dimensão política, reduzindo a diferença entre estes dois grupos em 2009 para este indicador.

Tabela 16 – Evolução dos indicadores de pobreza de acesso

Indicadores	2009			2008			ΔC	$\Delta T1$	$\Delta T2$	$\Delta T1-\Delta C$	$\Delta T2-\Delta C$	$\Delta T2-\Delta T1$
	C	T1	T2	C	T1	T2						
PP_ECOM - Pobreza Potencial Econômica / Monetária	27,6%	30,4%	28,9%	27,2%	29,7%	28,2%	0,4%	0,7%	0,7%	0,3%	0,3%	0,0%
PP_ECOCV - Pobreza Potencial Econômica / Condições de Vida	37,9%	40,0%	40,8%	41,3%	40,9%	41,5%	-3,4%	-0,9%	-0,8%	2,5%	2,6%	0,1%
PP_SOC - Pobreza Potencial Social	37,0%	35,2%	35,6%	33,4%	34,2%	38,4%	3,6%	1,0%	-2,8%	-2,6%	-6,4%	-3,7%
PP_CULT - Pobreza Potencial Cultural	22,0%	24,2%	28,3%	27,0%	28,1%	28,3%	-5,0%	-3,9%	0,0%	1,1%	5,0%	3,8%
PP_POL - Pobreza Potencial Política	52,0%	50,3%	51,6%	50,8%	47,7%	50,4%	1,2%	2,6%	1,1%	1,4%	-0,1%	-1,5%
PP_ETI - Pobreza Potencial Ética	31,4%	27,6%	29,7%	33,7%	29,7%	30,3%	-2,3%	-2,1%	-0,5%	0,2%	1,8%	1,5%

4.1.9 Melhoria da Qualidade de Vida

Os resultados da pesquisa, em 2009, indicam que as famílias que recebiam programas complementares aos de transferência de renda, continuam percebendo com um pouco mais de intensidade do que as famílias dos demais grupos, especialmente que as famílias do grupo de controle, que sua vida tem melhorado. No entanto, entre 2008 e 2009, as diferenças na intensidade das melhorias percebidas entre os grupos se reduziram, em função de avanços nas avaliações dos grupos de famílias que recebiam apenas transferência de renda, e especialmente das famílias do grupo de controle. Dos doze indicadores de melhoria de qualidade de vida, o grupo de famílias que recebia programas complementares apresentou níveis um pouco maiores em sete deles, o grupo de famílias que recebia transferência de renda em três deles e o grupo de controle em apenas dois (melhoria em termos de saúde e em termos de posse de bens).

A evolução dos indicadores, entre 2008 e 2009, para o grupo de controle foi mais favorável para nove dos doze indicadores em relação ao grupo que recebia apenas transferência de renda, exceto pelos indicadores de qualidade em termos de educação, trabalho e capacitação profissional. Em relação ao grupo de famílias que recebia também programas complementares, o grupo de controle apresentou evolução mais favorável em onze deles, exceto pela dimensão habitação, que praticamente não apresentou diferenças na evolução de ambos os grupos entre as duas ondas da pesquisa, com ambos os grupos apresentando menores valores para o índice percentual de melhoria da qualidade de vida para este aspecto. Finalmente, as famílias do grupo de tratamento 1.

Tabela 17 – Evolução dos indicadores de melhoria de qualidade de vida

Indicadores	2009			2008			ΔC	$\Delta T1$	$\Delta T2$	$\Delta T1-\Delta C$	$\Delta T2-\Delta C$	$\Delta T2-\Delta T1$
	C	T1	T2	C	T1	T2						
QV_SAU - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Saúde	56,3%	52,3%	55,8%	54,8%	58,0%	58,6%	1,5%	-5,8%	-2,8%	-7,3%	-4,3%	2,9%
QV_EDU - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Educação	59,0%	60,3%	62,0%	61,3%	61,3%	66,6%	-2,3%	-1,0%	-4,5%	1,3%	-2,3%	-3,5%
QV_HAB - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Habitação	53,0%	55,3%	55,6%	56,3%	59,5%	58,8%	-3,3%	-4,3%	-3,2%	-1,0%	0,1%	1,1%
QV_TRANS - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Transporte	52,0%	52,3%	51,8%	50,5%	51,8%	54,4%	1,5%	0,5%	-2,6%	-1,0%	-4,1%	-3,1%
QV_BENS - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Posse de Bens	55,8%	54,8%	54,9%	55,5%	59,8%	58,2%	0,2%	-5,0%	-3,4%	-5,3%	-3,6%	1,6%
QV_ALIM - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Alimentação	56,8%	58,3%	59,1%	53,3%	61,3%	62,4%	3,5%	-3,0%	-3,3%	-6,5%	-6,8%	-0,3%
QV_VEST - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Vestuário	52,5%	51,3%	53,0%	47,3%	51,8%	53,6%	5,3%	-0,5%	-0,5%	-5,8%	-5,8%	0,0%
QV_TRAB - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Trabalho	49,0%	50,8%	49,6%	45,0%	44,8%	48,2%	4,0%	6,0%	1,4%	2,0%	-2,6%	-4,6%
QV_LAZER - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Lazer	43,5%	44,8%	44,9%	41,0%	42,5%	44,4%	2,5%	2,3%	0,5%	-0,3%	-2,0%	-1,8%
QV_PROF - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Capacitação Profissional	50,8%	52,3%	53,0%	50,8%	47,3%	58,4%	0,0%	5,0%	-5,4%	5,0%	-5,4%	-10,4%
QV_FINANC - Melhoria de Qualidade de Vida em Termos de Situação Financeira	48,8%	51,5%	50,0%	41,0%	52,3%	51,9%	7,8%	-0,7%	-1,9%	-8,5%	-9,6%	-1,1%
QV_GERAL - Melhoria de Qualidade de Vida em Geral	53,0%	53,3%	54,6%	50,3%	56,8%	58,7%	2,8%	-3,5%	-4,0%	-6,3%	-6,8%	-0,5%

5 CONCLUSÕES

O modelo teórico proposto para a realização do estudo prevê a avaliação incremental na segunda onda da pesquisa, realizada em 2009, de um conjunto de indicadores de impacto sobre a condição de vida entre os grupos de domicílios participantes do estudo, a partir de uma linha de base estabelecida durante a primeira rodada de coleta de dados da pesquisa. Este relatório apresentou uma análise comparativa entre os grupos, avaliando as diferenças na evolução dos diversos indicadores objetivos e subjetivos estudados a partir dos resultados das duas ondas da pesquisa.

Nota-se que, entre 2008 e 2009, o grupo de controle foi o que mais avançou em termos da dimensão trabalho. Para os doze indicadores relacionados a esta dimensão, o grupo de controle apresentou melhores condições para todos eles quando comparado com o grupo de famílias que recebia programas complementares e para sete indicadores quando comparados com o grupo de famílias que recebia somente programas de transferência de renda. Os principais avanços do grupo de controle estão relacionados com a composição dos domicílios, que apresentou maior crescimento em sua autonomia econômica e aumento mais forte de sua PEA, além de crescimento menor no desemprego que nos demais grupos, aumento do trabalho regular, salário formal médio e da carga horária de trabalho. Estes indicadores podem estar relacionados com o aumento de renda, entre 2008 e 2009, que foi mais forte entre as famílias do grupo de controle em termos do número de fontes de renda, da renda total e *per capita* do domicílio e uma redução no número de famílias abaixo da linha de indigência.

No entanto, os demais grupos apresentaram resultados melhores, entre 2008 e 2009, no que se refere a trabalho e renda para alguns indicadores muito importantes. Ambos os grupos que recebiam programas sociais apresentaram crescimento mais forte de trabalhadores formais, especialmente o grupo que recebia programas complementares. Ambos os grupos apresentaram também reduções no percentual de crianças que trabalham, redução esta mais forte no grupo que recebia somente programas de transferência de renda. Os grupos de tratamento, especialmente aqueles que recebiam programas complementares apresentaram resultados melhores também para o comprometimento da renda com dívidas, suficiência da renda domiciliar, poupança das famílias e para inadimplência dos domicílios, em termos de domicílios com contas em atraso.

As famílias que recebiam programas sociais apresentaram, em geral, melhor estado nutricional em 2009 do que as famílias do grupo de controle para quase todas as faixas etárias. Nota-se que o grupo de famílias que recebia programas complementares apresentou maiores avanços, com um incremento maior no percentual de moradores com peso normal, além de maiores avanços entre crianças de 0 a 5 anos, tanto para a questão do baixo peso quanto para o sobrepeso. Estas famílias apresentaram maior evolução na percepção de suficiência da quantidade e da qualidade da comida consumida em seus domicílios, sendo que os maiores avanços em termos de quantidade foram observados entre as famílias que recebiam programas complementares e em termos de qualidade entre as famílias que recebiam somente transferência de renda. No entanto, as famílias que recebiam programas complementares são as que apresentam percepção mais forte em 2009 de que a comida consumida em seu domicílio é suficiente e de boa qualidade.

Para os indicadores de educação, nota-se que o grupo de famílias que recebiam somente programas de transferência de renda apresentou resultados melhores do que o grupo de controle em cinco dos seis indicadores pesquisados na transição entre 2008 e 2009, com aumento do índice de autonomia potencial, redução no percentual de faltas à escola, adultos que estão cursando ou possuem completo o ensino médio, alunos em aulas de reforço e reduções nos níveis de reprovação. O grupo de famílias que recebia programas complementares apresentou menores avanços ou até mesmo pequenas pioras em alguns indicadores entre as duas ondas da pesquisa, no entanto, se mantém como o grupo que apresenta os melhores resultados absolutos para quatro dos seis indicadores em 2009, com percentual menor de faltas, percentual maior de adultos que possuem ou estão cursando o ensino médio, percentual maior de alunos em aulas de reforço e que tomam livros emprestados em bibliotecas. O ponto negativo a ser observado foi a redução neste grupo, ainda que pequena, para o índice de autonomia potencial, que indica o percentual de alunos em idade escolar que estão estudando.

Na área da saúde, nota-se que houve um forte aumento na proporção de moradores que possuem o cartão do SUS. Os resultados indicam que esse aumento foi um pouco maior entre as famílias do grupo de controle, seguidas pelas famílias que recebiam somente transferência de renda, reduzindo um pouco a diferença para o grupo de famílias que recebiam programas complementares que continua apresentando, na média, a maior proporção de moradores que possuem o cartão do SUS. Nota-se que, entre 2008 e 2009, também houve crescimento na proporção de moradores que se consultaram com médicos. O crescimento entre as duas ondas foi menor entre as famílias que recebiam programas complementares que já apresentavam proporção próxima a 100% e continua

apresentando a maior proporção em 2009. Nota-se, entretanto, que a participação de atendimentos preventivos em detrimento de curativos no total de consultas cresceu de maneira mais forte entre os grupos que recebiam programas sociais.

Um resultado muito importante é a confirmação, em 2009, do maior grau de vulnerabilidade das famílias que recebiam programas complementares em termos de saúde, conforme verificado em 2008, com uma proporção maior de moradores que necessitam de medicamentos de uso contínuo. Entre as duas ondas as diferenças entre os grupos se intensificaram, o que reforça a necessidade de uma análise mais aprofundada sobre este resultado, que pode ser efeito de pré-condições de saúde existentes entre as famílias elegíveis para programas na área de saúde.

Entretanto, a pesquisa em 2009 apresenta um dado extremamente relevante. Se, em 2009, houve um aumento na proporção de moradores com necessidade de medicamentos de uso contínuo entre as famílias que recebiam programas complementares, neste grupo houve uma forte redução em pontos percentuais daqueles que têm dificuldade de acesso a esses medicamentos, enquanto que nos demais grupos a dificuldade de acesso entre os que necessitam aumentou fortemente, com variações de cerca de dois dígitos. Em 2008, as famílias que recebiam programas complementares eram as que possuíam maior dificuldade no acesso a medicamentos, porém, em 2009, são as que apresentam a menor dificuldade.

Em termos de moradia, nota-se que os grupos que recebiam programas sociais apresentaram maiores avanços, entre 2008 e 2009, e apresentam melhores condições em 2009 para cinco dos sete indicadores analisados. Os únicos indicadores que, em 2009, possuem valores mais favoráveis entre as famílias do grupo de controle são os indicadores de adensamento e congestionamento domiciliar que, no entanto, apresentaram melhorias mais fortes entre 2008 e 2009 para as famílias que recebiam programas complementares. Estas famílias apresentaram também um aumento mais forte no atendimento do domicílio em termos de infraestrutura básica (luz, coleta de lixo, abastecimento de água, esgoto, pavimentação etc.) e aumentaram a diferença para os demais grupos em termos dos gastos realizados com melhorias habitacionais, que se reduziu fortemente, entre 2008 e 2009, nas famílias do grupo de controle.

Os resultados obtidos durante a primeira onda da pesquisa indicavam que as famílias que recebiam programas sociais, em especial as que recebiam programas complementares à transferência de renda, apresentavam maior incidência de famílias em condições de maior vulnerabilidade familiar, com maior proporção de famílias

monoparentais, de mulheres chefes de família, chefes de família com menor escolaridade e maior incidência de filhos menores de 15 anos. Em 2009, esta situação se mantém, no entanto, as diferenças reduziram entre as duas ondas da pesquisa, com um aumento mais forte das condições de vulnerabilidade entre as famílias do grupo de controle. Nota-se que os resultados mais favoráveis na transição, entre 2008 e 2009, foram observados nas famílias que recebiam apenas transferência de renda.

Em resumo, dos 72 indicadores objetivos analisados, o grupo de famílias que recebiam programas sociais apresentaram evolução em um número maior de indicadores do que o grupo de controle. O grupo de famílias que recebia programas de transferência de renda apresentou avanços mais fortes do que o grupo de controle em 43 indicadores e avanços menores em 24 destes. O grupo de famílias que recebia programas complementares apresentou avanços maiores do que os observados entre o grupo de controle para 41 indicadores e avanços mais modestos em 27 indicadores. Os avanços observados entre 2008 e 2009 foram maiores entre os grupos que recebiam programas sociais para todas as dimensões de indicadores objetivos, exceto para as dimensões de trabalho e de saúde que, no entanto, apresentaram avanços mais fortes entre as famílias que recebiam programas complementares para alguns importantes indicadores, como o percentual de consultas preventivas e a dificuldade no acesso a medicamentos de uso contínuo.

As famílias que recebiam programas complementares durante a primeira onda apresentaram também maiores avanços do que o grupo que recebia somente transferência de renda nas dimensões de renda, nutrição, moradia e em indicadores chave da área de saúde, conforme ressaltado, indicando que o recebimento de programas complementares tem um efeito de melhoria das condições de vida das famílias no curto prazo. No entanto, apresentou menores avanços nas dimensões trabalho, vulnerabilidade familiar em termos da composição do domicílio e educação. Cabe ressaltar, no entanto, que as famílias que recebiam programas complementares apresentam, em 2009, os melhores indicadores de educação entre todos os grupos, ainda que a diferença tenha se reduzido um pouco entre 2008 e 2009.

Se em relação às condições de vida das famílias, expressas pelos indicadores objetivos analisados, nota-se um claro avanço entre as famílias que recebiam programas sociais, em especial as que recebiam programas complementares aos de renda, nota-se que a diferença de percepção entre os grupos de pobreza tanto no acesso das famílias quanto em suas potencialidades, se reduziu no período entre as duas ondas da pesquisa. O mesmo se verifica para a percepção de melhoria das condições de vida nas diversas dimensões pesquisadas. Maiores avanços entre as famílias do grupo de controle

reduziram as diferenças de percepção entre os grupos. No entanto, é importante ressaltar que, em 2009, apesar da redução das diferenças entre os grupos, as famílias que recebiam programas sociais continuam apresentando, em geral, menores níveis de pobreza potencial e de acesso, e percepções mais fortes de melhoria de qualidade de vida, sendo que as famílias que recebiam programas complementares apresentam os menores níveis de pobreza de acesso e a percepção mais forte de melhoria de qualidade de vida; enquanto as famílias do grupo de controle apresentam percepções mais favoráveis em termos das potencialidades econômica e cultural, e as famílias que recebiam somente transferência de renda das potencialidades social, política e ética.

Os resultados obtidos com a análise comparativa das duas ondas da pesquisa fornecem elementos que permitem sugerir que as hipóteses H3 e H4 não podem ser rejeitadas. Não é possível rejeitar a hipótese de que domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social que recebiam o benefício de transferência de renda apresentam indicadores de impacto ou de condições de vida mais elevados do que aqueles que não recebiam qualquer programa ou benefício social ($IN < IR$). Da mesma maneira, não é possível rejeitar que domicílios com famílias em elevada situação de vulnerabilidade social, que recebiam o benefício de transferência de renda mais algum benefício específico do tipo saúde/nutrição/segurança alimentar ou do tipo educação/capacitação ou outro tipo de benefício, apresentam indicadores de impacto, em geral, mais elevados do que domicílios com famílias que recebiam apenas o benefício de transferência de renda e dos domicílios com famílias que não recebiam nenhum tipo de programa social, em especial para aspectos chave das condições de vida de suas famílias ($IN < IR < IS$; $IN < IR < IE$; $IN < IR < ID$).